



## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE AGOSTO DE 2017

### ATA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul – Dissolução da Associação – Aprovação;
- 2 - IMI -Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxas – Aprovação.

O Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Câmara,
- Senhores Vereadores,
- Senhores Deputados Municipais,
- Ex.m.º Público,
- Muito boa noite.

Verificada a existência de quórum, vamos dar início à sessão extraordinária de 18 de agosto e começamos pela chamada dos Senhores Deputados.

(A chamada dos Senhores Deputados foi feita pela Senhora Segunda Secretária Dr.ª Isabel Cristina dos Santos Gonçalves)

A Senhora Segunda Secretária:

- Estão a faltar os Senhores Deputados Francisco Manuel Ferrão Mascarenhas Loureiro, Joaquim dos Santos Messias, António Luís Roque da Silva, Carla Maria de Almeida Pereira Francisco, Manuel José Fonseca, Manuel Mendes da Silva, Hernâni César Salvador Marques (veio mais tarde), Mário Alberto Gomes Pires (veio mais tarde) e António Morais Amaral Rodrigues.

Estão a faltar 9 Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estão a faltar 9 Senhores Deputados e estão presentes 19 Senhores Deputados.

Vamos dar início à sessão da Assembleia com a introdução do ponto 1 - Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul – Dissolução da Associação – Aprovação.

Senhor Presidente, quer introduzir o ponto? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:

- Cumprimentar a Assembleia Municipal,
- a Mesa,
- os Senhores Vereadores,
- os Senhores Membros da Assembleia Municipal,
- todos os presentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

e colocar-me, naturalmente, à disposição para dar todos os esclarecimentos que forem necessários.

Relativamente a este ponto, é uma Associação constituída, como se evidencia na publicação em Diário da República de 1987, entre diversos Municípios, todos, creio do Distrito de Viseu, cujo objeto era reforço do Poder Local e Municipalismo, cooperação entre os Municípios, participação conjunta.

Mas esta Associação, segundo indicação que existe, nunca funcionou, nunca teve órgãos dirigentes, foi só formalmente constituída, o que levanta agora uma questão formal em termos de Tribunal de Contas e não sei se Tribunal Constitucional, mas o Município de Viseu encetou um processo com vista à dissolução de uma Associação que nunca funcionou e, portanto, como está constituída por todos os Municípios, é necessário que todos, em Câmara e Assembleia Municipal, declarem a dissolução da mesma Associação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem se quer pronunciar sobre este ponto? Senhor Deputado José António faça favor.

O Senhor Deputado José António Pereira:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhoras Secretárias,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Presidentes de Junta,  
Caros Colegas,  
Estimados Munícipes  
Muito boa noite a todos.

Sobre esta Associação da Beira Alta e Douro Sul, da qual fazem parte Municípios do Distrito de Viseu, de Lamego, da Guarda, de Sernancelhe, Tarouca e mais não sei quantos, mas tanto quanto sei, havia uma quantidade de Municípios que, passado dois, ou três anos da constituição da mesma, deixaram de pagar quotas. Isto tinha uma quota anual que era paga.

Tem sido discutido noutros plenários o problema da dissolução desta Assembleia e o que fazer com o património e o que fazer com os dinheiros, porque também havia alguns dinheiros, apesar de a maior parte das custas estar a ser assumida pelo Município de Viseu.

Nelas, tanto quanto sei, pagou sempre as quotas daquela Associação.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Essa é a Assembleia Distrital de Viseu, que foi absorvida pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Esta é outra.

O Senhor Deputado José António Pereira:

- Peço desculpa se estou a fazer confusão. Mas não havia quotas nesta Assembleia, ela só visava, efetivamente, candidaturas necessárias.

O Senhor Presidente da Câmara:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- O que o Senhor Eng.º está a falar é da Assembleia Distrital de Viseu, na Casa do Adro, que não tem nada a ver com esta Associação.

O Senhor Deputado José António Pereira:

- Bom, sendo assim, então estava a fazer aqui uma confusão. Também tive pouco tempo para ver os papéis porque, efetivamente, passei-lhe assim os olhos só a correr.

Mas houve algum trabalho desenvolvido nesta Assembleia? Ela reuniu alguma vez? Ela foi constituída em 1987. Estão a falar em 30 anos quase. O que eu gostava de saber era se alguma vez reuniu, a constituição da mesma, os fins se já alguma vez foram postos em prática, se é que me pode dar algum esclarecimento porque há um pedido de dissolução da mesma. Efetivamente, o Tribunal de Contas vai pedir, mas eu, francamente, estava a confundir com a da Casa do Adro, com a Associação de Viseu, que a Comunidade Intermunicipal assumiu e que essa também, temos aí uma questão, mas isso não é para aqui chamado agora, que é das quotas dos Municípios pagarem, ou não pagarem.

Mas nesta aqui também, se pudesse esclarecer alguma coisa sobre ela, se alguma vez funcionou verdadeiramente, ou não. É que, efetivamente, fui apanhado desprevenido. Como diz aqui, para ser mais breve possível, é só por causa do Tribunal de Contas, ou havia outras necessidades de acabar com esta Assembleia.

Era só um pequeno esclarecimento, se é que é possível dar-mo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Se ninguém quer usar da palavra. O Senhor Presidente quer?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Reafirmo o que disse há momentos, ó Senhor Eng.º. Portanto, eu próprio e a Câmara, desconhecia esta Associação e esta questão só se levanta porque no apuramento da existência das Associações no Tribunal de Contas consta esta Associação, com estes Municípios todos e há um processo de contraordenação por não apresentação de documentação anual.

Portanto, para mim, para a Câmara de Nelas, como isto é de 1987, tivemos uma reunião em Viseu, nas antigas instalações do Governo Civil e foi referido, como lhe reafirmo que é o Município de Viseu que está a liderar esta dissolução de uma Associação que não tem ativos, não tem passivos, nunca funcionou, não tem órgãos eleitos, não tem nada.

Portanto, diferentemente da Assembleia Distrital de Viseu, que foi extinta por Diploma de 2016, ou antes, 2015, em que faziam parte os Municípios do Distrito de Viseu. E as Assembleias Distritais, não foram extintas, mas todo o património ativo e passivo, foi integrado na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e onde se levanta essa questão, de facto, da dívida de muitos Municípios relativamente às quotas.

E essa dívida está evidenciada nas Contas da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, nas notas anexas às Contas, porque há lá um diferendo se isso deve crescer como crédito no Balanço, na parte do Ativo, se deve não ser lançado no Ativo e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

não empolando os resultados da Comunidade Intermunicipal e ser posto um anexo uma vez que é um crédito, eventualmente contencioso.

Está a decorrer, foi marcada uma outra Assembleia, já houve uma Assembleia Distrital, no sentido da Assembleia Distrital retificar a deliberação anterior e os termos estão ainda a decorrer relativamente a essa questão, mas nada tem a ver com esta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, uma vez que mais ninguém está inscrito, vou passar à votação. E pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária Dr.<sup>a</sup> Ana Mafalda Rodrigues Lopes:

### MINUTA DA ATA

O ponto 1 - Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul – Dissolução da Associação – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ou seja, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos agora, ao ponto 2 e último desta Assembleia, que é: IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxas – Aprovação.

Senhor Presidente, quer introduzir o ponto? Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só rapidamente.

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Há uma proposta de deliberação sobre a baixa de IMI, que foi apresentada na reunião de Câmara do dia 9 de agosto por mim e pela Senhora Vice-Presidente e cujos termos consignámos e pensamos que são os mais claros possíveis, no sentido de evidenciar a evolução da dívida total, curto prazo, médio e longo prazo, desde 2005 até junho de 2017, com os documentos justificativos e comprativos da legalidade, regularidade e legitimidade de toda esta operação e, portanto, remeto para esclarecimentos, relativamente a isto.

Dizer-vos que, para além dos documentos todos que estão aqui, foram juntas as fichas do Município do ano de 2016, em que, de facto, se evidencia que o limite máximo de endividamento da Câmara são 12.734.000,00 euros, que é uma vez e meia a receita líquida corrente dos 3 últimos anos, portanto, 2015, 2014 e 2013.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores em 2016 foi 18 dias. É o que está na ficha do SEAL. Está também uma ficha, que é a ficha do segundo trimestre de 2017, portanto, agora de junho, em que o limite máximo de endividamento já está em 13.351.000,00 euros, resultante do aumento da receita corrente líquida do ano de 2016, que foi 9.675.000,00 euros e que o prazo médio de pagamentos, neste semestre, é de 23 dias.

Portanto, a situação financeira da Câmara, em termos financeiros, como estes dados evidenciam, de fichas da DGAL, é excelente e deixa-nos sem qualquer temor, com graus de execução orçamental próximo dos 90%, mais de 90%, deixa-nos sem



qualquer resistência para correspondermos àquilo que é, de facto, uma justiça que temos que fazer aos Municípios, que foi quem, desde 2012, com uma reavaliação patrimonial dos imóveis, que aumentou, em muitos casos, várias vezes, várias centenas de euros, se viram onerados por vontade exclusiva do Município de Nelas, declarado, em reunião de Câmara, de 29 de setembro de 2012 e na reunião da Assembleia Municipal, de início de outubro de 2012, declarada em situação de desequilíbrio financeiro estrutural e assumiu um Plano de Ajustamento Financeiro que lhe permitiu a adesão ao PAEL, de um milhão de euros, que acabou depois por concretizar-se em 1.600.000,00 euros, que veio a entrar nos cofres da Câmara em 2013, e o empréstimo de reestruturação financeira de 9,5 milhões de euros, empréstimo esse que visava renegociar o empréstimo de 7,5 milhões de euros do saneamento financeiro, que estava no BCP e 2 milhões de euros novos, contratados na Caixa Geral de Depósitos.

Esta é a realidade que está evidenciada também em termos documentais na proposta do IMI, no Despacho n.º 14.763, em que a Câmara se declarou em falência, em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Não é conjuntural. Porque a Câmara, no último mandato, a Câmara, em 2010, recorreu ao PRED, que era o Programa de Regularização Extraordinário das Dívidas do Estado, estendido às Câmaras, com 540.000,00 euros.

Podem pôr aí na Internet e vão lá ver – PRED e aparece lá a lista das Câmaras que tinham dívidas já em 2010, 540.000,00 euros. Dívidas vencidas e muito atrasadas.

Depois, em 2011, fez um Plano de Saneamento Financeiro, que é o desequilíbrio financeiro conjuntural, de 7,5 milhões de euros, de que nunca pagou um tostão. Nem nunca cumpriu as obrigações que estavam no Plano de Ajustamento Financeiro.

Depois, em 2012, em final do ano, como a própria Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia diz aqui no empréstimo, que teve que aceitar, de 2 milhões de euros, da Caixa Geral de Depósitos, com um Spread de 6,5%, mais uma comissão de 0,19% ao mês, que dava 10% de taxa de juro, porque não havia alternativa. É a Diretora Financeira da Câmara que o diz em janeiro de 2013, que tínhamos que aceitar o empréstimo de 2 milhões de euros porque não havia alternativa, sob pena de não haver dinheiro para nada na Câmara, nem para salários. Estou a falar em janeiro e fevereiro de 2013.

Portanto, em 2012, a Câmara assinou, aceitou este Plano de Reestruturação Financeira, que está aqui, no final do mandato anterior, que é este, onde está a lista que eu já evidenciei várias vezes, a lista das dívidas, incluindo algumas senhas de algumas pessoas que estão presentes.

E assumiram esse Plano de Ajustamento Financeiro, que é, simultaneamente, um Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL e um Plano de Reestruturação Financeira. Portanto, não foi meramente o recurso ao PAEL.

Ao PAEL foi apenas 1.600.000,00 euros. A Câmara ainda deve cerca de 600.000,00 euros do PAEL. Mas, além dos 600.000,00 euros do PAEL, deve quase 8 milhões de euros da reestruturação financeira, do empréstimo de reestruturação financeira. Portanto, são duas coisas complementares.

Quem fala apenas em PAEL está a preocupar-se com o cisco no olho e não está a preocupar-se com o pau no olho porque, verdadeiramente, o que constringe o Município de Nelas é a Reestruturação Financeira e não o PAEL.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Como sabem também, em 2013, o primeiro compromisso eleitoral desta Câmara do Partido Socialista era - primeiro compromisso: ter como prioridade o equilíbrio das finanças municipais no sentido de retirar, o mais rapidamente possível, a Câmara da falência de modo a poder reduzir os impostos, taxas e licenças, como, por exemplo, o IMI. É o primeiro compromisso.

Em dezembro de 2014 houve uma renegociação dos empréstimos, feita no BCP e na Caixa Geral de Depósitos e o Crédito Agrícola assumiu os empréstimos e houve uma poupança, o PAEL e os empréstimos foram celebrados por 20 anos. Houve uma alteração relativamente à amortização dos empréstimos para 14 anos e uma amortização constante de capital. Portanto, poupámos, a Câmara poupou, com uma deliberação da renegociação dos empréstimos em dezembro de 2014, 2 milhões de euros de juros e amortizou mais rapidamente os empréstimos como, aliás, é dito na deliberação em 29 de dezembro de 2014 que “as alterações das condições dos empréstimos, atrás enunciadas, permitirão, ao Município de Nelas, gerar poupança com a redução significativa dos encargos financeiros, que servirá necessariamente para reduzir a dívida, de médio e longo prazos, de forma mais célere, e passar a cumprir, mais cedo que a previsão constante do Plano de Ajustamento Financeiro (reequilíbrio financeiro + PAEL), o limite à dívida total estabelecida no nº 1 e 2 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro”. Isto dizia-se em 29 de dezembro de 2014.

Em setembro de 2015, a Assembleia Municipal faz uma recomendação à Câmara, esta Assembleia Municipal, pela voz do Senhor Eng.º e Senhor Deputado José António, em nome do Grupo Parlamentar do PSD e do CDS, no sentido de, em suma, este Programa se renegociar o PAEL e este programa deveria contemplar a possibilidade do Município poder elaborar um orçamento e plano, rigoroso mas sem prévio parecer, bem como poder aplicar as taxas que se ajustem á sua necessária realidade financeira, nomeadamente o ajustamento da taxado IMI, passar de 0,5% para 0,4%.

O texto que depois acabou por ser negociado com o Partido Socialista e que está na ata de 11 de setembro de 2015, é que se aprovasse a Proposta de Recomendação à Câmara para que, no interesse do Município e da sua população, promova a elaboração de um programa de ajustamento alternativo, que suporte uma proposta de renegociação do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Nelas e o Governo no âmbito da adesão ao PAEL.

Depois fala que tenha em conta a necessária realidade financeira, nomeadamente o ajustamento do IMI, se assim o entenderem, respeitando a opinião que assim acabou de nos transmitir, pode não ter interesse em baixar o IMI. Tenho dito, Eng.º José António.

Na sequência dessa Recomendação, a Câmara, nós, o Presidente de Câmara apresentou à Câmara a aprovação de um empréstimo de médio e longo prazo em junho de 2016, de 1,5 milhões de euros, como estão recordados, para fazer uma série de obras que eram necessárias em todas as Freguesias, que estavam lá elencadas.

A Câmara deliberou que esse empréstimo fosse condicionado, a Câmara deliberou por unanimidade, que a aprovação do empréstimo até 1,5 milhões de euros, para fazer face às obrigações financeiras da componente municipal, era um empréstimo para a componente municipal dos fundos europeus estruturais e de investimento. Mas, naturalmente, quando eu digo que era para fazer obras, libertava esse valor de 1,5



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

milhões de euros que está afeto aos fundos estruturais para obras em todo o Concelho e que isso ficasse dependente da informação favorável da DGAL sobre a sua legalidade, o seu enquadramento e condicionantes do PAEL e que o seu valor não seja contabilizado nos limites legais do endividamento, que haja condições económicas favoráveis, destinado, exclusivamente, ao financiamento da construção da III ETAR. Muito bem.

Foi aprovado, em Câmara, a Revisão do Plano de Ajustamento Financeiro e foi aprovado, em Câmara, a taxa de IMI, em junho de 2016, para 0,375.

Na Assembleia Municipal de 17 de junho foi aprovada, por unanimidade, a Revisão do Plano de Ajustamento Financeiro e foi aprovado também, não foi por unanimidade, foi com votos contra, a taxa de IMI para 0,375.

Em outubro/novembro de 2016, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local recusa a Revisão do Plano de Ajustamento Financeiro que foi aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal com o argumento de que não havia Lei Habilitante. A Norma do Orçamento do Estado não permitia e que a Câmara de Nelas se tinha vinculado, particularmente a situações que vinham inscritas no Plano de Ajustamento Financeiro, a Câmara de Nelas, voluntariamente se tinha vinculado à taxa máxima de IMI e à possibilidade de não contratar empréstimos que, aliás, resulta das normas do Decreto-Lei n.º 38/2008, que está lá expressamente dito, a que o Plano de Ajustamento Financeiro aderiu, a dizer que, aderem a todas as obrigações a que os Municípios são obrigados em reestruturação financeira, como não contratar empréstimos e ter os IMI,s e outras taxas no máximo.

Portanto, a contratação de empréstimo foi também recusada pela Direção Geral das Autarquias Locais. Isto em outubro e novembro de 2016. O Orçamento de Estado de 2017 tem uma norma que diz que o PAEL fica suspenso no caso de Municípios, é o que diz o Artigo 52.º, que tenham um endividamento inferior ao endividamento máximo legalmente permitido na Lei das Finanças Locais, que é, como eu vos referenciei, uma vez e meia a receita corrente líquida dos três últimos anos. O que era o caso do Município de Nelas.

Portanto, o Município de Nelas, desde a Lei do Orçamento de Estado para 2017 tem o PAEL suspenso. Que não há dúvida nenhuma. As obrigações decorrentes, estritamente a Lei n.º 52/2012, que é o PAEL, já estão suspensas ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado.

Portanto, pagar o PAEL, ou não pagar o PAEL, ter PAEL, ou não ter PAEL, para qualquer efeito das obrigações exclusivamente decorrentes do PAEL não interessa porque está suspenso. Estava suspenso por decorrência da aplicação da Lei do Orçamento de Estado.

O que não estava suspenso é o Plano de Reestruturação Financeira decorrente da Lei das Finanças Locais. Esse é que não estava suspenso. Nem a Lei do Orçamento do Estado o dizia. E eu levei à Câmara, não sei se trouxe aqui a conhecimento da Assembleia Municipal, a todos, eram 5 Municípios que, além do PAEL, têm Planos de Reestruturação Financeira.

O PAEL, em 2012, não era suficiente para pagar toda a dívida corrente vencida que a Câmara de Nelas tinha. Portanto, a Câmara de Nelas foi, não apenas ao Plano de Apoio à Economia Local, como foi também à reestruturação financeira com um pedido extraordinário ao Estado para se poder endividar em mais 2 milhões de euros, além de renegociar os 7,5 milhões de euros que tinha no BCP.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Portanto, a Câmara de Nelas, eu fiz logo uma exposição ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local a dizer que não entendia porque é que o PAEL estava suspenso e o critério do PAEL era o mesmo critério que presidia à reestruturação financeira, ou seja, os objetivos eram os mesmos, era colocar as Câmaras em situações de cumprimento do seu limite legal do endividamento.

Portanto, se era para o PAEL, se no caso de Câmaras que tinham PAEL e reestruturação, se suspendeu o PAEL, era um absurdo jurídico que não se suspendesse também a reestruturação. Portanto, desde logo, em janeiro fizemos uma exposição da Câmara e todos os meses acompanhámos a evolução disto porque chegou-se ao entendimento que teriam que ser os mesmos Senhores Secretários de Estado que ordenaram o Plano de Reestruturação Financeira do Município de Nelas, tinham que ser os mesmos a ordenar a suspensão do Plano de Reestruturação Financeira, que era o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e o Senhor Secretário de Estado do Orçamento.

Em agosto de 2017, cuja cópia os Senhores Membros da Assembleia Municipal também têm, há uma comunicação do Senhor Secretário das Autarquias Locais a dizer que foi assinado o Despacho Conjunto do Tesouro, Orçamento e Autarquias Locais no sentido de considerar o Município de Nelas com o mesmo regime que já estava relativamente ao PAEL e todas as obrigações da reestruturação financeira, a obrigação de apresentar um Orçamento antes dele ser presente à Câmara, ou à Assembleia Municipal, a obrigação de não contratar funcionários, a obrigação de não fazer investimentos superiores a 1,5 milhões de euros, que é o que está estabelecido em termos do Decreto-Lei n.º 38/2008, a obrigação de ter o IMI no máximo, a obrigação de ter a derrama no máximo, a obrigação de não prescindir do IRS, todo um conjunto de obrigações, obrigação de prestar contas trimestralmente, ser acompanhado pela Direção Geral das Autarquias Locais, acabou agora no início do mês de agosto.

E, portanto, levanta-se outra vez a questão, que também já me puseram e desde a primeira hora, nós colocámos logo na Câmara, estou a acabar, Senhor Presidente, peço desculpa e depois prometo que só falo de assuntos pontuais se for necessário, que é a questão da taxa.

O fundamento que está explicado na proposta de baixa da taxa do IMI significa que e eu também o pus aqui nesta Assembleia e está aqui a ata de quando foi a baixa da taxa do IMI, porque é para o mínimo, e o que eu disse em junho do ano passado relativamente à baixa do IMI, aqui na Assembleia Municipal, foi, que admitia outra taxa, na altura foi 0,375, porque havia uma série de investimentos que a Câmara necessitava como ETAR,s. Estamos a falar em junho de 2016, falo lá na ata em 7 milhões de euros para ETAR,s. Falo noutros investimentos que tínhamos de reabilitação urbana. Falo já nos Fornos Elétricos e na CUF Quimigal. Alguma série de investimentos que a Câmara, se quer garantir e agarrar o futuro, tem que fazer. Mas, porque é que é que eu acho que a Câmara, neste momento, tem todas as condições, sem qualquer probabilidade, naturalmente com seriedade na gestão, rigor na gestão, de fazer, que pode perfeitamente prescindir da margem do 0,30 para o 0,45, que significam à volta de 570.000.00 euros, 600.000.00 euros? Porque é que o faço? Porque também está espelhado na proposta que foi distribuída aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, que é, que muitas das necessidades de financiamento da Câmara, que está no Anexo 6, muitas das necessidades de financiamento da Câmara, necessidades de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

financiamento ao nível das ETAR,s, no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões com montes de projetos, incluindo requalificação de Escolas Primárias de Vilar Seco, Carvalhal Redondo, inclusão social, requalificação profissional, a requalificação urbana – 1.ª fase, Quatro Esquinas, Av.ª dos Mathias, Largo da Estação, Largo dos Bombeiros. A segunda fase – possibilidade de construir um novo Cine-Teatro e requalifica este espaço envolvente, construir a ETAR de Santar, a ETAR de Casal Sancho, a ETAR de Moreira, a ETAR da Lapa do Lobo, a ETAR de Aguieira/Carvalhal Redondo, a ETAR de Vilar Seco, o Ecoponto, a Loja do Cidadão, os investimentos no Ciclo Urbano da Água, que está um Aviso aberto desde o dia 7 de abril, de 1,5 milhões de euros, as compensações de Girabolhos de 1.590.000,00 euros, o contrato da ADD também no âmbito da nossa pertença à ADD, a elaboração do Cadastro Concelhio de Redes de Águas e Saneamento, a expansão, novos acessos e centro de apoio empresarial da Zona Industrial 1 de Nelas, a Câmara tem garantidos, contratos assinados, quem tiver dúvidas eu forneço os contratos, 15.849.625,00 euros.

Mesmo que o Borges da Silva não seja o próximo Presidente da Câmara de Nelas, o próximo Presidente da Câmara de Nelas tem obrigação de investir e tem lá, a fundo perdido, coisa que o Borges da Silva não encontrou lá um tostão, a fundo perdido, 15.849.625,00 euros.

Qualquer Presidente da Câmara, chame-se ele, Zé, Manel, Isaura, ou outro nome qualquer, encontra na Câmara contratos assinados de 15.849.625,00 euros, que permite um investimento total de 20.735.000,00 euros e tem candidatado, que já entrou a candidatura, mais 1,5 milhões de euros para o projeto da CAVE, em Santar, já entrou a candidatura no Turismo de Portugal, que é mais 1,5 milhões de euros, participado em 85%.

Necessidades de financiamento para todas estas obras no próximo mandato, de 2018 a 2021, são 4.885.000,00 euros no horizonte do Quadro Comunitário 2018-2022.

Portanto, no próximo mandato, a Câmara tem que dispor do seu Orçamento próprio, imediato, ou financiado, porque na Lei do Orçamento de Estado está permitido que os fundos estruturais, a comparticipação municipal para fundos europeus estruturais e de investimento podem ser financiados sem que isso conte para o limite da dívida.

Portanto, obras de médio e longo prazo como ETAR,s, como tudo aquilo que está aqui enunciado, é permitido fazer, mesmo que a Câmara não contrate empréstimo nenhum, a Câmara tem para acompanhar estes financiamentos comunitários e muitos deles como a Zona Industrial de Nelas, de 4 milhões de euros, em que tem 2,3 milhões de euros do FEDER, e pode subir até 85% em caso de reprogramação, que já me garantiu a CCDR.

E mesmo a ETAR de Nelas III, que tem um financiamento de 63%, 63,75%, pode chegar aos 85%. Mesmo sem contratação de qualquer empréstimo, o Orçamento da Câmara, sem qualquer constrangimento de Plano de Ajustamento Financeiro, 4.885.000,00 euros a dividir por 4 anos do mandato dá 1.400.000,00 euros, a dividir por dois são 700.000,00 euros por ano.

Portanto, perfeitamente comportável que a Câmara de Nelas no próximo mandato faça por justiça, que diga aos Municípios que é isto que eu estou a propor e a Câmara também assim votou, por maioria, que é dizer aos Municípios que 570.000,00 euros, 8.000 fogos que pagam IMI, 3.000 fogos estão isentos, em média 70,00 euros por cada fogo, por cada imóvel que paga IMI, que fique no bolso das pessoas, que durante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

os últimos 4 anos são eles, verdadeiramente, a Câmara, nós limitámo-nos a gerir um Plano de Ajustamento Financeiro, a fazer algumas operações, naturalmente, de tentar gerir o melhor possível nas condições que todos conhecem, a renegociar os empréstimos.

Mas, verdadeiramente, quem conseguiu retirar a Câmara e recuperar o bem mais precioso que qualquer Presidente de Câmara tem que preservar e qualquer dirigente institucional tem que preservar, que é a autonomia administrativa e financeira do bem que lhe é entregue, foram os Municípes.

O grande mérito é de quem pagou 500,00 euros, 600,00 euros, 700,00 euros, 1.000,00 euros, nos últimos 4 anos, para dar condições financeiras à Câmara para que conseguisse pagar os empréstimos.

Por isso, em homenagem aos Municípes e porque eu sou um Homem de palavra, eu vou fazer aquilo que prometi em honra e homenagem aos Municípes do Concelho de Nelas, que é rasgar o Plano de Ajustamento Financeiro.

(Rasgou o Plano de Ajustamento Financeiro)

Está aqui. Está bem? Está cumprida a promessa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado José António. Mais alguém?

Senhor Deputado José António, faça favor.

O Senhor Deputado José António Pereira:

- Boa noite a todos mais uma vez.

Eu estive a ouvir atenciosamente mais uma das suas exposições longas, com base em documentos, sempre a ir ao passado.

Mas a única coisa que eu deparo no meio disto tudo e porque estamos, sensivelmente, a um mês e cinco dias do novo ato eleitoral, em que novos Corpos serão eleitos, novas pessoas virão ocupar os lugares na nova Assembleia, na Câmara, nas Assembleias de Freguesia, portanto, tudo isso e como as taxas, IMI's, derrama, direitos de passagem, entre outras, só vão ter função ativa em 2018 e por norma, costumavam ser e, pelos vistos, voltam a ser aprovadas na última Assembleia do ano, que é quando basta para elas terem função ativa em 2018, acho extemporâneo, Senhor Presidente, estarmos neste momento aqui a discutir um assunto que é, puramente, propagandista, porque estamos em ato eleitoral.

Estamos a usar um Órgão para virmos aqui, mais uma vez, fazer aquilo que devia ser feito pelos novos Corpos que vão ser eleitos.

Fala-se também e efetivamente baixou-se e isso, ninguém pode esconder e não sou eu que vou dizer ao Senhor Presidente que não tem mérito nisso. Mas nós estamos a condicionar.

Em 2016, em dada altura, o Senhor Presidente dizia que baixava a taxa, ou pretendia baixar a taxa de IMI para 0,375 porque necessitava dos dinheiros da mesma para poder fazer todos os trabalhos. Agora, já pode ir para 0,3, tirando 570.000,00 euros. Mas os objetivos de investimento continuam a existir.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Também é de realçar e está espelhado também no documento que nos enviou, que a partir de 2013 a Câmara começou a arrecadar do imposto do IMI, em 2013, referente ao ano 2013, foi em 2014, 1.529.000,00 euros; 2014 – 1.834.000,00 euros; 2015 – 1.900.000,00 euros; 2016 – 1.800.000,00 euros. E depois em 2017 há uma previsão de 1.989.000,00 euros, cerca de 2 milhões de euros.

Estes valores também e é do seu conhecimento, não existiam antes de 2013. Tudo isto acontece em determinado período de tempo.

Com este dinheiro podia muito bem ter feito como, por exemplo, a Autarquia de Vizela, que só tinha PAEL, na reestruturação financeira e que a liquidou em janeiro para se libertar desses compromissos.

Efetivamente, se o Senhor Secretário de Estado da Administração Local não tivesse tido o bom senso e porque deve ter feito contas quais seriam assim as 5 Autarquias que estavam neste projeto e como estamos num período eleitoral, aproveitou-se precisamente desse ponto, porque o que nós temos é uma suspensão do PAEL, não temos uma anulação do PAEL como o Senhor Presidente fez crer.

Além disso, também nas Contas e acho muita piada nisso, quando eu vejo que no ano de 2013, na primeira página, nós temos em 2013 uma dívida total de 15 milhões de euros, mas no mesmo ano temos 14 milhões de euros. Esquecemo-nos de falar que nos cofres da Câmara, quando o anterior Executivo saiu, já foi várias vezes focado, ficou um milhão de euros para pagamentos. Daí que aparece esta discrepância, 2013 aparece duas vezes o ano de 2013. Está transcrito na proposta de deliberação. Não estou aqui a criar nenhuma onda.

Também é importante dizer-se que sou, obviamente que sou e sempre fui e a Recomendação que fiz foi à Câmara em nome do Grupo Parlamentar e depois todos os Grupos Parlamentares com assento nesta Assembleia fizeram à Câmara de reestruturar, de alterar, de pedir para que fosse possível baixar o IMI e eu sou, obviamente, a favor do IMI, eu e acho que não haverá ninguém nesta sala que não seja, porque, efetivamente, é um imposto direto que nos toca a todos.

Como diz o Povo, temos casas, era melhor não as termos porque estamos a pagar uma renda. É isso que acontece, infelizmente, no País. Quem tem imóveis paga renda. Quem não tem paga uma renda naturalmente. Paga para ter, paga para não ter. Por isso, eu sou, obviamente, a favor.

O que eu não sou a favor é de estarmos agora a fazer uma coisa que vai vincular aqueles que irão ser eleitos. Eu não posso condicionar quem vem. Isto é a mesma coisa que eu endividar-me, pedir vários empréstimos e dizer ao banco: Depois os meus filhos vão pagar. Vou gastar. Há que ter atenção com isto. Mas isto é natural que aconteça.

Portanto, isso é que eu discordo plenamente. Há uma altura para tudo. Eu penso que agora e este Órgão é um Órgão de discussão política, não é hora de discussão, nem de trabalharmos aqui com parte eleitoralista, eu não concordo, plenamente, que isto aconteça numa altura destas.

Concordo, sim senhor, que se reduza o IMI, sim senhor, o 0,3, tirar 570.000,00 euros, não sei se será em demasia, se a Câmara tem capacidade depois para se aguentar, ou não, porque, efetivamente, isso terá custos, mas a realidade é que não se deve usar a Câmara para outros meios que não sejam os meios para que todos nós que estamos aqui fomos eleitos democraticamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

A estes pontos podíamos acrescentar outros que o Senhor Presidente também não focou porque é muito importante também falarmos nisso, que no seu mandato também teve grandes vantagens em vários níveis que o ajudaram e, volto a dizer, congratulo-me e dou-lhe os parabéns por ter conseguido reequilibrar as Contas da Câmara.

Não é isso que aqui está em causa. Agora, também temos que ver se vivemos um ciclo oportuno, um ciclo com algumas vantagens, ou com alguns pontos fortes que vêm do exterior e que nos ajudam também a fazer esse trabalho.

Já inventariou aqui alguns, nomeadamente a Barragem de Girabolhos, nomeadamente o próprio IMI que se recebeu. Mas poderíamos falar noutros, o pagamento da água, fruto de uma discussão, fruto de um trabalho feito também se reduziu em cerca de 750.000,00 euros, que ficou na Autarquia.

Também, fruto da imposição do PAEL e é, efetivamente isso, há uma redução, ao longo destes 4anos, de cerca de 4 milhões de euros em ordenados. Todos estes pontos também são importantes ter em conta. É não só usar aqui meia dúzia deles porque todos nós, fazendo uma gestão coerente, cuidadosa, tendo os pés bem assentes na terra, também conseguimos equilibrar se tivermos fundos para equilibrar.

A nível de investimentos, como temos dito, o reequilíbrio está feito mas a nível de investimentos estes ficaram muito aquém daquilo que era esperado. Aliás, o Senhor Presidente, a dada altura, dizia que se as ETAR,s, ou se nos 4 anos não resolvesse o problema das ETAR,s, não sei quantos, consideraria o seu mandato um falhanço absoluto.

Efetivamente, em 4 anos temos planos, temos candidaturas, temos uma ETAR a trabalhar mal, em Canas de Senhorim e temos projetos para mais umas tantas. Portanto, não foi conseguido esse particular. Também não vou estar aqui a indicar que há situações em que isso possa ser feito de outra forma.

Agora, que há uma quantidade de dinheiros que foram gastos noutros tipos de investimentos, noutros tipos de pareceres, em que poderia muito bem ser evitados, ou reduzidos, também é uma realidade e falo, nomeadamente, nos dinheiros que são precisos, mas não em tanto valor, cerca de 1,5 milhões de euros na Feira do Vinho, o Mercado de Natal, cerca de 200.000,00 euros, 2 milhões de euros em avenças e prestações de serviços, ao longo de 4 anos, acho que é uma exorbitância para uma Câmara que estava com dificuldades financeiras tidas em conta.

Portanto, em meu entender e penso que em entender de todos os meus Colegas, reafirmo que somos, obviamente, favoráveis à baixa do IMI, mas no tempo e no momento.

E pedia-lhe, encarecidamente, que isto não fosse, portanto, que esta aprovação devia ser feita, da baixa do IMI, só fosse comunicada às Entidades depois do dia 1 de outubro de 2017, depois dos novos Corpos estarem eleitos.

Só assim é que estamos a dar, efetivamente, uma palavra de confiança e estamos a dizer a todos como é que se faz.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa, faça favor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

O Senhor Deputado António Sousa:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Boa noite a todos.

Eu, de vez em quando, fico surpreendido como é que é possível algumas pessoas terem a destinta lata, como se costuma dizer, para dizerem algumas coisas.

Então agora para baixar deviam ser os próximos. Quando foi para subir e pedir empréstimos e gastar dinheiro que não estavam autorizados para isso, que não estava no programa que tinha sido aprovado pela população, para isso já não eram os próximos.

Como deviam ter feito em 2012 era não gastar mais dinheiro quando viram que já estavam com as calças na mão, pagar os ordenados, dizer a verdade ao Povo e depois iam a eleições e depois diziam que tinham que subir o IMI, que tinham que pedir um empréstimo de 9 milhões de euros, mas o do 1,5 milhões de euros e não sei quê, mais o PAF, mais o PAEL. Isso é que deviam ter feito.

E agora vêm dizer que para baixar não devia ser agora, havia de ser depois?

Então, mas estamos aqui no Reino da Fantasia, da Fábula? É que é preciso ter alguma lata para estar a dizer essas coisas. Eu concordo até, por princípio teórico, que deveriam ser os próximos, mas na prática quem vem dizer isso são aqueles que andaram a subir o IMI, que andaram a pedir empréstimos, andaram a gastar dinheiro que não tinham e agora querem vir dar lições de moral aos outros.

Como disse o Senhor Presidente e é importante que a História seja feita, que é para as pessoas não serem enganadas porque já há para aí panfletos por todo o lado com hipotéticas não sei quê, com não sei quanto. Enganos, mentiras, embustes.

Para que não esse tipo de coisas é importante que a História seja dita e seja contada exatamente com factos, com documentos, aquilo que se passou ao longo do tempo. E para não nos esquecermos disso.

E, realmente, falou aqui da água e dos esgotos. Primeiro, diz que não foi cumprida uma promessa. Pois. É que não havia aqui nem financiamento para nada, nem um único projeto de ETAR havia feito. Nem um único.

E sabe mais uma coisa, Senhor Deputado? Eu vou-lhe dar aqui um exemplo que é da Freguesia de Nelas. Durante cerca de 2, ou 3 anos, os Municípios da Freguesia de Nelas andaram a pagar taxa de esgotos. A taxa de esgotos era para tratamento das águas residuais.

Sabe quantos metros cúbicos de águas residuais da Câmara anterior, do PSD e do CDS, durante 2, ou 3 anos, tratou? Zero metros cúbicos. Zero metros cúbicos.

Tinham uma ETAR completamente obsoleta, já a tinham recebido assim, é verdade, mas uma outra, tinham-na recebido nova e até deixaram roubar os motores e aquilo era só silvas.

Esse dinheiro foi desviado. Os Municípios andaram a ser enganados, andaram a pagar uma taxa para determinado fim e esse dinheiro foi gasto noutras coisas e não chegou. Ainda tiveram que ir buscar mais um milhão de euros e não sei quanto, mais não sei o quê.

Por isso, em termos de gestão financeira da Câmara é preciso que se diga que o PSD e o CDS, que ainda por cima têm agora como candidatos os anteriores responsáveis por esta situação que criaram, não têm nenhum currículo a apresentar. Têm cadastro e um mau cadastro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Mas, essa coisa que para aí se vai contando e vai-se dizendo que não é assim, depois baralham os números e trazem para atrás e para a frente. Não há dúvida que há pessoas que são bons a baralhar as coisas. Têm grande talento para tornar as coisas ininteligíveis e isto, digo, é um elogio.

Confundir as coisas é uma das aptidões de politiquero básico. As outras são: Adiar decisões, que é o queriam fazer; fugir às perguntas; jogar com os números, que é aquilo que continuam a fazer; deturpar os factos, que é aquilo que continuam a fazer e ocultar os erros. Tenham algum bom senso naquilo que vão dizendo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

Senhoras Deputadas,

Estimado Público.

Em nove de agosto apresenta-se à Câmara Municipal uma alteração do IMI proposta pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vice-Presidente. Ok.

Começou-se há 4 anos atrás com uma Câmara com uma liderança atual com 4 Vereadores. Atualmente, temos dois em execução no Executivo.

Realmente isto tinha que dar no que temos hoje que é vários compromissos eleitorais e o primeiro está cumprido segundo o Senhor Presidente da Câmara. O único porque o resto, a montanha pariu um rato e desculpem, se calhar a primeira reunião desta casa.

Compromisso das finanças está cumprido. Onde é que estão os outros? Os outros estão no papel, 15 milhões de euros de investimento com uma obrigatoriedade de 4 milhões de euros desta Câmara Municipal e esses 4 milhões de euros realmente poderiam vir do IMI, 570.000,00 euros que vamos prescindir, ao ano, que, realmente, ao fim desse tempo todo poderia haver esse tal investimento.

Mas não vai haver. O investimento está só no papel. Tal como estão as ETAR,s. Realmente, um dos compromissos falhados por esta Câmara Municipal era a recuperação das ETAR,s do Concelho. Uma, a funcionar. As outras, nem por isso. Todos nós sentimos o cheiro nauseabundo por onde passamos.

Há 4 anos não sentíamos o cheiro. Incrível. Mas foram acusados os anteriores Executivos que, realmente, não tinham as ETAR,s a funcionar. Mas cheiro não havia e agora há. Realmente, passamos numa Estrada Nacional onde passa muita gente para a ligação entre a A25 e Coimbra.

Realmente, é um cartão-de-visita que este Presidente nos deixou, um cheiro bom. Muito obrigado Senhor Presidente.

Depois, quero-lhe dizer que os seus investimentos destes últimos 4 anos na Saúde. Onde é que eles estão?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

As Associações, quanto é que ganharam nestes últimos anos? Que obras de vulto fez? Acusa os anteriores Executivos, que deixaram obra, quartéis de Bombeiros Voluntários. Onde é que está a sua obra de vulto, Senhor Presidente?

A rede industrial? Sim senhor. Eu convido-vos a irem visitar as Zonas Industriais. Realmente, a Câmara Municipal não pôs, nem um lancil, quanto mais investimento na Zona Industrial.

A rede viária, onde está? A iluminação que nós votámos há pouco tempo uma reestruturação, onde é que ela está?

Realmente, temos um anunciado Parque de Caravanas no centro de Nelas. Se, realmente, foi um jantar, ou não, que teve com alguém, que o elucidou de criar um Parque de Caravanas no centro de Nelas, é isso que temos. É um investimento de vulto.

O famoso Museu que ia criar, onde é que ele está? Realmente, as pinturas estão bonitas. Deu assim um ar à Praça do Município que, realmente, querer reestruturar, mas acho que não vai conseguir. Falta-lhe pouco tempo para reestruturar. Ou seja, novos investimentos, não vi nada.

E, depois, anunciam uma panóplia de contratos-programa, meus Senhores, 15 milhões de euros, mas necessita do dinheiro. E, entretanto, vem aqui num fait-divers a esta Assembleia, hipotecar uma possível votação da Assembleia de dezembro que, normalmente é assim que se faz, das taxas e em propaganda eleitoralista vem apresentar cartazes ao Município e faz uma Assembleia para tentar deitar areia para os olhos de todos nós. Realmente, é o que temos.

E eu proponho aqui outra coisa. Eu desafio-vos:

Proposta

Alteração desta votação para daqui a 3 meses.

Senhor Presidente da Assembleia, a proposta que eu faço aqui hoje a esta Assembleia é adiar este ponto para daqui a 3 meses. Ponha-a à votação, faz favor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A proposta apresentada não tem enquadramento legal pelo que não é admitida. Não são admitidas novas propostas. Não vou pôr a proposta a votação porque não tem enquadramento. Senhor Deputado António Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Senhor Deputado, desculpe lá, eu vou ter que lhe explicar uma coisa.

Quem não sabe, não estabelece. Nunca ouviu dizer?

Então faz uma proposta para adiar? Quem faz a proposta é a Câmara. A Câmara traz aqui uma proposta e a Assembleia, ou vota a favor, ou vota contra.

O Senhor não pode aqui alterar prazos, nem pode alterar. O que é que é isso?

Quem, não sabe, não estabelece. Não, não pode. Não pode não. Pode dizer, para a semana porque não estamos prontos. Isso é diferente.

Agora, para uma nova Assembleia, é impossível Senhores Deputados. Ok? Lá estão os Senhores a querer baralhar as coisas. Sim. Então, quem faz uma proposta destas é porque não sabe o que é que está aqui a fazer.

Então, pois claro. Então, estão a propor adiar para uma Assembleia que já não é esta? Então, mas isto tem alguma coisa? Isto, realmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Olhe, ó Senhor Vereador, quando um burro fala, o outro baixa as orelhas. Faz parte. Eu não o quero ofender. Não me rebaixo ao seu nível.

Senhor Presidente, faz favor de impor a ordem ao Senhor Vereador porque ele não pode falar nestas Assembleias.

O que o Senhor trouxe aqui é um número político já requentado. E vem agora, outra vez, com as ETAR,s.

Primeiro, vem aqui dizer uma grande mentira. Só foi construída uma. Outra está em construção. E, por exemplo, as fossas todas de uma Freguesia que já não eram tratadas desde que foram feitas, está esse problema resolvido.

É claro que isso não vale nada. E, outra coisa, em 4 anos conseguir fazer o levantamento, exatamente o que aconteceu, que não existia nada disso na Câmara, nem as condições em que estavam, como lhe disse, nem sabiam que tinham roubado os motores de uma ETAR. Não é o cheiro, é não saberem que tinham roubado os motores de uma ETAR. Estava coberto por silvas todo o equipamento que lá estava, que era relativamente novo. Tinha meia dúzia de anos.

E, depois de fazer o levantamento era necessário fazer projetos, candidatar os projetos e ter a maioria deles aprovados, o Senhor acha que é pouco em 4 anos? Acha que é pouco? O Senhor não faz a mínima ideia. Olhe, não faz uma mínima ideia do trabalho e do tempo que demoram essas coisas. Não faz a mínima ideia. Como não faz a mínima ideia de que não podia propor para daqui a 3 meses. Não faz ideia.

Mas, como lhe disse, isto é um número político já requentado. Só que não deixa de ser repugnante cada reprise que vem aqui, realmente, pronto, quando já não têm mais nada que dizer, vêm com essas conversas, não era para agora, era para depois. Devia ser antes. Pronto. É no estado que nós estamos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Presidente faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só uns esclarecimentos. Folgo muito, por um lado, em ver que nesta Assembleia a Bancada do PSD e do CDS tem mais a dizer hoje do que teve a dizer quando em 3 de outubro de 2012 a mesma Bancada que aqui está, a que o Senhor Eng.º Rui Costa pertencia, o Presidente da Assembleia era o Senhor Eng.º José António, o Senhor Eng.º José António disse assim:

Passamos, de seguida, para o ponto 1 – Aprovar a declaração do Município em desequilíbrio estrutural sob proposta da Câmara.

Algun dos Senhores Membros da Assembleia, sobre este ponto, pretende usar da palavra? E a Assembleia disse: Nada.

Uma vez que não, vou pôr, de imediato, o assunto à votação.

E, sem dizer ai, agora já dizem ai e ui. Sem dizer ai, votaram a Câmara em situação de falência, que lhe permitia ir contratar um empréstimo de 9,5 milhões de euros. E, Senhor Eng.º José António, para isso já não há condicionamento do futuro.

Para condicionar o futuro com 9,5 milhões de euros, mais 2 milhões de euros para o PAEL, por 20 anos, que aprovaram o Plano de Reestruturação Financeira por 20





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

anos, para o IMI máximo por 20 anos, já não estavam a condicionar o futuro. Não era eleitoralismo. Era uma desgraça. Concordo convosco.

Não havia eleitoralismo nenhum porque se não o fizessem a Câmara de Nelas tinha desaparecido do mapa. Concordo convosco.

Portanto, o IMI máximo foi aprovado por V.<sup>as</sup>. Ex.<sup>as</sup> e pelos Senhores Vereadores na Câmara Municipal: Presidente – Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, Vice-Presidente – Dr. Manuel Marques, Vereador Dr. Osvaldo Seixas, Vereadora – Maria Antónia e Vereador – Dr. Jorge David. Foi aprovado por vocês aqui na Assembleia e por estes Senhores Vereadores, em setembro de 2012, um Plano de 20 anos, que obrigava a Câmara de Nelas a isto, a ter o IMI máximo.

De tal maneira era assim que, vou-vos dizer algumas, dizia o Senhor Vereador Dr. Jorge David, na altura, que hoje sacode a água do capote relativamente à responsabilidade financeira da Câmara, mas que justificou isto tudo que aqui está, dizia ele assim, página 83 da ata da Assembleia Municipal de 3 de outubro de 2012: Resumindo, tudo aquilo que foi apresentado, pode dizer-se que o PAEL vai permitir uma injeção de capital na economia local, pois as dívidas são, praticamente, a fornecedores locais.

Grande novidade e grande feito de uma Câmara que devia aos fornecedores locais, que os tinha em agonia em 2012.

Esperemos que esta injeção de capital possa melhorar a economia do nosso Concelho.

Fizeram o mal e a caramunha. Não pagaram aos fornecedores. Endividaram a Câmara, com o IMI máximo, por 20 anos, para pagar aos fornecedores e ainda bem que agora estamos a dinamizar a economia local que antes tinham estrangulado completamente.

Mas há outras pérolas. Ó Senhor Eng.<sup>o</sup> José António, eu não posso deixar de dizer uma coisa. Eu concordo que o Senhor é boa pessoa. O Senhor é bem-intencionado. Gosta do Concelho. Mas o Senhor não percebe é nada de contas, nem de finanças. Zero.

O Senhor diz assim uma coisa, depois ao Senhor Dr. Jorge David, está aqui na ata, o Senhor diz assim: Muito obrigado Senhor Vereador Dr. Jorge David. Na mesma ata. Aproveito apenas para acrescentar, diz você aqui na alta sapiência do seu conhecimento sobre finanças da Câmara. Aproveita apenas para acrescentar, estou a ler, tem aqui a ata se quiser, tudo, aliás, que estou a ler, está documentado, quem quiser os documentos.

Mas vou-lhe dizer esta pérola, ó Senhor Eng.<sup>o</sup>, que eu dispenso os seus elogios completamente, porque a ignorância da gestão da Câmara no último mandato e nos últimos anos, a ignorância é que levou a Câmara à desgraça porque o Senhor disse assim: A passagem do empréstimo de uma entidade para outra, de curto prazo para médio e longo prazo não trará qualquer custo para a Autarquia.

Então, mas estamos todos tolos, ou quê? Então, você devia a fornecedores. Consolidou a dívida num banco com juros a 6,5% de spread, mais comissões. E o Senhor diz e dorme tranquilo que a dívida de curto prazo que devia a fornecedores, desgraçados, ao Centro Paroquial de Vilar Seco, aos Bombeiros de Nelas, as senhas de presença dos Membros da Assembleia Municipal, ao comércio local, o Senhor dorme descansado a dizer: Fomos ao banco contratar um empréstimo. Pagamo-lo em 20 anos.



Quem o paga são os Municípes com o IMI no máximo e você dormiu descansado. Desculpe lá, isto aqui é de quem não percebe nada.

E depois, eu vou-lhe dizer. Sabe o que é que o Senhor Vereador Dr. Jorge David levantava como hipótese, página 85, para o reequilíbrio financeiro da Câmara? Olhem outra pérola: Outro caso que vos queria falar é que talvez tenhamos que atualizar o preço da água. No Plano Financeiro, na discussão na Assembleia Municipal, o Senhor Dr. Jorge David, do CDS, dizia que tínhamos que subir o preço da água.

E mais. E contava, o mesmo Senhor Dr. Jorge David, está aqui escrito, com o preço da água, além do preço da água, se houver um aumento gradual de receitas ao nível do IMI, como hoje foi anunciado, talvez a Câmara possa reduzir um pouco a carga dos Municípes.

Portanto, já contavam com a carga sobre os Municípes para pagar os empréstimos que estavam a contratar em 2012. Senhor Dr. Jorge David, não é o Senhor Dr. Osvaldo Seixas. Palavra, sic.

Depois, vejam também esta outra pérola, Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, relativamente às ETAR,s, nós não fazemos ETAR,s porque visto tratar-se de obras no valor de 5 milhões de euros porque são-nos comparticipadas em 10% pelo QREN. 10% pelo QREN?

Mas, afinal, não eram 10%. Ó Senhor Vereador, tenha calma. Não eram 10% porque a página 548 da ata da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Dr. Jorge David diz que se não fizeram ETAR,s porque não há financiamento do Estado.

Que espetáculo. Desculpem lá. Eu peço desculpa, mas eu vou-vos dizer uma outra coisa. O Plano de Investimentos, o que está aqui, Senhor Membro da Assembleia Municipal Rui Costa, não seja injusto porque o Plano que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem e que eu lhe mandei, não lhe mandei nenhum Plano de Reestruturação Financeira, nem declaração de calamidade da Câmara, está enganado.

PAF quer dizer: Portugal À Frente. Mas também quer dizer: Plano de Ajustamento Financeiro. Você, se calhar, está a confundir Portugal À Frente com Plano de Ajustamento Financeiro. Não é nada disso que está ali proposto. O que está ali proposto e leia os documentos, por favor e não seja injusto, que é a ETAR de Canas de Senhorim está feita, a ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor está em construção, uma obra de 4 milhões de euros, com o Sistema Intercetor. Convido-o a passar na estrada para Carvalhal Redondo e a ver.

As Quatro Esquinas estão e segunda-feira arranca a Requalificação Urbana da Rua Dr. Abel Pais Cabral até à Estação do Caminho-de-ferro. Mesmo com o voto contra do PSD e do CDS na Câmara vai arrancar a obra de Requalificação Urbana, porque não foi feita mais obra porque votaram contra as obras, meu Caro Amigo, na Câmara. Não é verdade?

A ETAR de Santar já está consignada ao empreiteiro. A ETAR de Moreira está consignada ao construtor Cipriano, creio que é da Anadia, está consignada e já entregue ao empreiteiro para ser feita. E a ETAR de Agueira/Carvalhal Redondo está consignada aos Irmãos Almeida Cabral, mostro os documentos. São 180 dias para ser feita.

A Loja do Cidadão, quando V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> entrou aqui na Câmara, a Loja do Cidadão está em construção. Quer a Loja, quer o Espaço do Cidadão em Canas de Senhorim e em Santar.

Olhe, eu vou-me socorrer aqui duma declaração.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, agradecia que fosse breve, está bem?

O Senhor Presidente da Câmara:

- É rapidinho. Dizia o Senhor Vereador Adelino Amaral na reunião de Câmara de 29 de setembro de 2012. Dizia assim: Afirmou com este Plano não havia salvação nenhuma das Contas da Câmara. Que ia haver um aumento dos custos com os empréstimos municipais. Que era apenas um Plano de Salvação. Que aquele Plano de Ajustamento era apenas um Plano de Salvação da Câmara, de uma Câmara falida. Que o presente Plano condenava o Município de Nelas a que durante os próximos 20 anos não houvesse investimento nenhum, ou seja, o Executivo Municipal apenas ia ter verbas para despesas de manutenção e conservação.

E, vou-lhe dizer outra coisa, Senhor Eng.º Rui Costa, o Plano de Obras que a Câmara deixou para o futuro é esta que aqui está. Sabe quanto é? 3.298.000,00 euros para 4 anos. E sabe o que é que cá tem?

Tem cá: Requalificação do largo principal de Aguieira; Ampliação do cemitério de Canas de Senhorim; Requalificação do Largo de São Pedro, no Pisão; Ampliação da rede de esgotos; Construção da Capela Mortuária da Lapa do Lobo.

Portanto, está aqui o Plano de Obras que a Câmara deixou para o futuro, 3 milhões de euros para 4 anos, 3 milhões de euros que dava, divida isto por 4 anos dá 750.000,00 euros, ou 800.000,00 euros, por ano, para investimento.

E, vou-lhe dizer outra coisa: Tudo o que foi feito e muito do que foi feito, muito que foi feito em todo lado. Sabe como é que foi feito? Não foi feito com empréstimo bancário. Sabia? Zero. Eu não contratei nenhum empréstimo bancário.

Reduzi o endividamento de 15,3 milhões de euros para 10 milhões de euros e pouco. Zero de empréstimos. Para 11 milhões de euros, para 12 milhões de euros. Não interessa.

Fui o primeiro Presidente da Câmara, primeiro, ouviu bem Senhor Eng.º Rui Costa? O primeiro que não precisei de ir ao banco para fazer obra nenhuma. Zero. Não precisei. Mas, não precisei para ir buscar. Está a perceber? Mas a Loja do Cidadão está feita. A ETAR de Canas de Senhorim está feita. A ETAR de Nelas está em construção. A Reabilitação Urbana está a andar. As ETAR,s nas Freguesias estão feitas. As obras de Requalificação de São João do Monte, Póvoa dos Luzianes, passe lá, a obra está a andar na estrada. Da E.N. n.º 231 às Caldas da Felgueira está a andar. De Vila Ruiva a São João do Monte está a andar. A Rua do Barreiro está a andar.

Segunda-feira começam as obras da Rua da Soma, em Santar, começam as obras da Estrada Moreira – Nelas, começam as obras da Variante da Aguieira, começam as obras da Rua do Castelão.

Portanto, Senhor Eng.º Rui Costa, quando eu cheguei à Câmara, há 4 anos, sabe o que é que eu lá tinha? Que é outra coisa que eu tenho que falar e vão ter novidades sobre isso. Sabe o que é? Tinha um PRED, Plano de Saneamento, Plano de Reestruturação e nos três meses anteriores às eleições contrataram 800.000,00 euros de despesas ilegais. E já vai ter novidades sobre isso porque já veio, eu vou comunicar à população, a todos, o Relatório definitivo, homologado pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, em que diz que a candidata Dr.ª Isaura Pedro é responsável



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

financeiramente por 800.000,00 euros e o candidato Dr. Manuel Marques é responsável financeiramente por quase 400.000,00 euros.

E é por isso que eles estão a concorrer à Câmara. Para se livrarem das dívidas. Eu tenho lá o relatório definitivo e o Povo vai saber isto. Não estão a concorrer para bem do Povo. Estão a concorrer para se livrarem de responsabilidade pessoal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, muito obrigado pelos esclarecimentos. Calma. Senhor Vereador, agradeço-lhe que não interrompa.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Senhor Presidente, mais uma vez, esta vergonha destas constantes interrupções de quem está a falar por parte do Senhor Vereador, continua a ser uma vergonha.

Ele faz isto, o que viram aqui durante 5 minutos, é durante uma reunião de Câmara inteira. É aquilo que ali está, quer ser candidato a Presidente da Câmara.

Aquilo, que não se sabe comportar na Assembleia, não se sabe comportar numa reunião de Câmara, nem sabe o que é que é a dignidade do cargo que ocupa. Não sabe quais são as regras democráticas. É isto. É isto. Vem para aqui fazer este triste espetáculo. Ficamos assim. Não tem honra nenhuma a defender. Eu não estou a atacá-lo.

Senhor Presidente, não posso admitir que aquele Senhor, já por três vezes, me impediu de falar numa Assembleia. Não torna a fazê-lo. O Senhor Vereador só tem que estar calado porque ele tem que ouvir as minhas artolices porque eu também oiço as dele quando está nas reuniões de Câmara e calo-me.

Ele, nas reuniões de Câmara, só diz artolices. E eu estou calado. Uma vez, só porque me ri, queria chamar a GNR. Só porque me ri. Aliás, o Senhor Presidente sabe porque estava ao meu lado.

Essa pessoa que está aí, que não sabe estar em lado nenhum, quer ser Presidente da Câmara. Coitado. Coitados dos Municípios, não é dele.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Eu não considero que tenha sido ofendido na sua honra. O Senhor Vereador interrompeu, constantemente, esta Assembleia, o que não pode fazer. Senhor Deputado Hernâni, faça favor. Vejam se são breves e se não entram em diálogo, por favor.

O Senhor Deputado Hernâni Marques:

- Bem, como sempre o fiz nesta casa, nesta Assembleia, de uma forma cordial, de uma forma clara, franca, aberta, porque é assim que sou na vida, de uma forma humilde, com muito orgulho de apelidado de filho do Manuel Marques, um homem que eu muito estimo, o meu pai e tenho muito orgulho em ser meu pai.

Tem o feitio próprio. Tem a sua forma de o ser com 60 anos. Mas, daí, na minha vida política e na vida política pessoal, terei sempre uma postura diferente, se calhar, sendo prejudicado por isso, mas tinha, como o fiz noutras Assembleias, tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

que ver aqui tecer 4, ou 5 considerações porque na política há situações e há momentos que temos que ser, minimamente, sérios.

Sérios, corretos, dando umas mentiras, ou umas aldrabices, bluffs, nos ouvidos dos amigos. Dando uns bluffs, se calhar, não é hoje, é amanhã. Não é amanhã, é depois. Mas temos que ser minimamente abertos e de uma forma clara, temos que ter, porque é assim que o faço na minha vida. E é assim que quero inculcar os meus ideais a um pequenino que tenho lá, que se chama Afonso.

Mas, Senhor Presidente, eu já o disse aqui algumas vezes em várias Assembleias, que vem sempre, porque depois começa a ter, esquece-se de todo o seu percurso político. Perde a noção exata. Entra numa roda-viva do desequilíbrio, tanto nas reuniões de Câmara, quando começa nesta roda-viva porque também se esquece, faz um apagão daquilo que fez há alguns anos, por exemplo à Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro em plenas reuniões de Câmara.

Esquece isso. Deve fazer um reset daquilo que fez as cobiadas que fazia nas reuniões de Câmara e aqui na Assembleia Municipal e depois quer passar como virgem santa desse reset. Mas o Senhor tem que fazer essa meia-culpa. Tem que fazer o seu auto-retrato, tem que o fazer.

Mas, dizer aqui, por exemplo, que não faz obras, um rodilho de obras porque a Vereação, ou a Oposição não deixa, Senhor Presidente, eu sentado naquela Bancada, se não viesse aqui não ficava bem comigo mesmo.

Senhor Presidente, o Senhor tinha maioria na Câmara Municipal. Tinha 4 Vereadores. Ganhou a Câmara Municipal com mérito, ou sem mérito, não ponho isso em causa, ganhou, foi Presidente da Câmara, é Presidente da Câmara.

Os Municípes deram-lhe essa confiança. Deram o voto de dúvida e que fique claro, o Senhor Presidente não fez só coisas más, fez coisas boas. Já o disse aqui claramente. É claro e geriu a Câmara à sua maneira, da sua forma.

Agora, por exemplo, dizer aqui nesta Assembleia que não faz obras por causa da Vereação? Da Oposição? Tem 4, tinha maioria. Sabe porquê, Senhor Presidente? Porque, venho dizendo isto há algum tempo, desde o início do seu mandato, o Senhor Presidente engoliu a água do Rei Sol. Eu, eu, eu, eu, eu. E o resto é paisagem. É a sua questão. É o seu posicionamento na política neste mandato.

Mais, digo-lhe mais, Senhor Presidente. Eu sei que todos os Municípes querem que o IMI baixe. Eu sei disso. E tem, como dizia o meu Colega de Bancada, o Rui Costa, todos os Municípes querem baixar o IMI. Agora, aproveitar esta suspensão, se calhar, conjunta de três Senhores Secretários de Estado, porque estamos a um mês e meio de eleições, é claro, é claro que, politicamente, em Nelas, o Senhor Presidente vai aproveitar este trunfo para vir aqui e aproveita esta deixa para vir aqui, fui eu que baixei o IMI, fui eu, como Presidente da Câmara, que baixei o IMI.

Não. Isso não é claro. Não é ser claro com os Municípes. Não é ser claro para com os Membros desta Assembleia. Não é ser claro para com esta Assembleia. Porque o Senhor está a suspender esse prazo e está a pôr também a beber a água de quem vier que feche a porta neste sentido.

Agora, também dizer-lhe mais duas, ou três questões. É claro, quando também, por exemplo, o Senhor Presidente fala nas obras de Vila Ruiva, da estrada de São João do Monte, de tudo o resto. É claro que isso também lhe saiu o brinde, Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Tem que clarificar isso perante os Municípes, saiu-lhe o brinde, sabe porquê? Porque o brinde do bolo-rei é a Barragem de Girabolhos que não foi feita no Concelho. Dão-lhe 1,5 milhões de euros para o Senhor investir no Concelho, com essas contrapartidas, e o Senhor, politicamente, hábil como é, e eu dou-lhe o louvor quanto a isso porque conheço-o também há alguns anos. Com 37 anos, conheço-o há alguns anos e eu sei que, como hábil que é, tem que capitalizar, quer capitalizar todo esse investimento para com a sua pessoa.

Mas, acredite numa coisa, Senhor Presidente, olhe que a pancada, toda a justiça, aquelas panóplias de retroprojectores, de horas de intervenção que o Senhor fez neste mandato, do mandato da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, de 2005-2013, o Povo já lhe deu a verdadeira decisão. Sabe qual foi? Fê-la perder as eleições.

E, agora, Senhor Presidente, temos que ter uma postura diferente, que é, minimamente séria, quando se fala nas questões se vem aqui dizer, não vir, essencialmente, entrar em caminhos da propaganda e do eleitoralismo a umas eleições.

Sermos, minimamente, sérios nesses pontos, nessas questões, que são questões importantes porque, se isto, eu termino já, Senhor Presidente, passando para fora, temos que ser um pouco minimamente sérios, para quanto a isso.

E termino também, termino já. Quando, para lhe dar um exemplo, a gestão que o Senhor fez no Município, o Povo, em outubro, vai dizer, ou sim, foi boa, ou não, é o Povo que o vai decidir porque o Povo é a arma dos fracos e o Povo é que vai decidir se lhe dá novamente confiança a Presidente da Câmara. Se assim for, tem toda a legitimidade para isso.

Agora, seja, cumpra e faça uma auto-confiança daquele todo o seu percurso e seja menos propagandista e eleitoralista. Seja mais coerente consigo mesmo.

Bem-haja.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Para clarificar uma situação, eu, como Membro desta Assembleia, posso fazer propostas à Assembleia. Acho que não tenho que ter lições de ninguém para o que faço aqui ao microfone.

Portanto, não aceito essa lição porque eu sei o Regimento e eu posso propôr ao Senhor Presidente. E o Senhor Presidente, simplesmente, disse: Não aceito a proposta. Ok. Como fez em outras alturas. Isto é só para esclarecer a Assembleia.

Depois, comentar que eu comecei o meu discurso anterior falando na maioria. A maioria ganha com 13 votos. Mas, realmente, é legítima. Que dava poder a esta Câmara para realizar obras e não vir aqui dizer hoje que não consegue fazer obra porque os Vereadores não o permitem Mas, não o permitem porquê?

Porque ele cavou a sepultura ao longo destes 4 anos e nem as pessoas que estavam com ele acreditam nele, porque eu, eu, eu. Obrigado, Hernâni.

Depois, o que se passa é o seguinte: Que grande problema tivemos há 4 anos, ou há 5 anos, quando se endividou a Câmara e se hipotecou o IMI durante 20 anos?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Realmente, esse IMI permitiu a este Executivo e vou-lhe dizer, fazer três obras: Gastou 1,5 milhões de euros na Feira do Vinho; 200.000,00 euros no Mercado de Natal e mais de 2 milhões de euros em Avenças e Prestações de Serviços. Realmente é a obra que temos. E abençoado que foi o IMI porque, senão, nem isto tínhamos.

Realmente, Senhor Presidente, desculpe que lhe diga, é assim: Acho e eu pedi-lhe nas Assembleias anteriores que tinha que pedir desculpa ao Município pelas imagens do Youtube que apareciam: E, hoje, realmente, eu fiz sinal, eu sei que estamos em período pré-eleitoral, mas, realmente, não dignificou mais uma vez esta Assembleia, Senhor Presidente.

Eu entendo que haja nervosismo. O Senhor tinha tudo para ser novamente Presidente da Câmara. Está com várias dificuldades, porque eu sei. Mas, não é, realmente, com esta obra que deixou nestes 4 anos que vai conseguir ganhar eleições, porque promessas rasgo-as eu depois das eleições.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Antes de passar a palavra ao seguinte, queria informar que, entretanto, chegaram mais dois deputados, o Senhor Deputado Hernâni e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Portanto, estamos presentes 21 Elementos. Estávamos 19 e agora estamos 21.

Também queria fazer dois esclarecimentos. Um deles era que quando disseram que as taxas eram fixadas em dezembro, não é verdade. É em setembro porque até 30 de novembro têm que ser comunicadas à Tutela. Foi sempre na sessão de setembro, ou antes, nunca depois. Só se foi alterado agora. Foi alterado este ano? Pronto, mas mesmo assim, não será em dezembro que se vai fazer essa fixação.

O outro esclarecimento prende-se com as afirmações do Senhor Deputado Rui. O Senhor Deputado Rui tem todo o direito de fazer propostas, mas só podem ser aceites as que tiverem enquadramento legal. Permita-me que lhe leia o ponto 7, do artigo 10.º do Regimento, que diz: “Nas sessões extraordinárias, a assembleia só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocada”. Espero que esteja esclarecido. Portanto, eu peço aos próximos intervenientes que se limitem a falar na taxa de IMI, porque é o ponto que estamos a discutir. Já transformámos este ponto do IMI num Período de Antes da Ordem do Dia muito alargado e não é para isso que serve uma sessão extraordinária. Portanto, agradeço que a partir deste momento só se fale do IMI.

Senhor Deputado Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- É direito de resposta. Portanto, também tem a ver com o IMI. Porque já vieram aqui várias vezes dizer que é período eleitoral, que é a um mês das eleições. Mas, porque é que é a um mês das eleições?

Isto podia estar resolvido em maio. Sabe porque é que não foi resolvido em maio? Porque não quiseram aprovar as Contas na Câmara. Vamos analisar isto politicamente.

Já se sabia que o Orçamento Geral do Estado previa a suspensão do PAEL. Por isso, começaram a fazer contas e começaram a pensar. Isto pode dar para baixar o IMI. Se se suspende o PAEL pode dar para baixar o IMI.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Como é que não se pode baixar o IMI? É se não estiverem aprovadas as Contas porque não se consegue provar que está abaixo do limite de endividamento. E, então, andaram ali a empatar as Contas, maio, junho, e foi preciso, sei lá, eu ouvi até numa reunião de Câmara um Senhor Vereador dizer que só aprovava as Contas se o Senhor Presidente da Câmara passasse cheques pré-datados, uma coisa louca, meteram as Associações, meteram tudo ao barulho. Depois aprovaram as Contas agora há pouco tempo.

Mas das Contas mesmo, do que lá estava, não mudaram uma vírgula. Foi tudo um processo político. Isto é um processo político. Não é um processo de Contas, nem de IMI, nem de ser agora. Isto é um processo político.

Quem atrasou este processo político foi o PSD, foi o CDS e alguns Senhores Vereadores eleitos nas listas do PS. Não tem vergonha de vos dizer. Os motivos, eu tenho as minhas suspeitas quais sejam, mas não é sítio para estar a discutir isso.

Mas, o que é verdade é que quem atrasou todo este processo, como atrasaram as obras da Barragem de Girabolhos. Andaram para ali a empaliar que era mais assim, depois era mais cortar uma curva, andaram naquilo, sim, sim, três meses. Não, não, três meses na Câmara. Votaram contra. Depois alteraram. Foi, assim, uma vergonha, foi o que aconteceu. É preciso repôr a verdade dos factos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Ó Senhor Vereador Adelino, desculpe lá. Então o Senhor abandona a Mesa e agora está aí a falar do Público? Cuidado. Vamos ter o mínimo de dignidade. Ó Senhor Vereador Adelino, vamos ter o mínimo de dignidade.

Então o Senhor abandona a Mesa e agora está daí a falar do Público? Desculpe lá. Desculpe lá. Isso não é comportamento digno de um Vereador. Estamos numa Assembleia Municipal. Tem que se comportar como isso. É que nem na Câmara estão. Estão na Assembleia Municipal e têm que se comportar como deve ser. Ou como Vereadores, ou como Público.

Senhor Vereador, o Senhor, numa Assembleia Municipal, ou comporta-se como Vereador, ou como Público. E não pode, em qualquer das situações, usar da palavra. Desculpe. Está impedido de usar da palavra. Está bem? Obrigado.

Só um minuto. Senhor Deputado José António, faço-lhe o mesmo pedido que fiz ao Senhor Deputado Sousa. Agradeço que falem apenas de IMI. Não? Deputado Rui faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, eu pedi dignidade nesta sala. Como não a tive, como Membro desta Assembleia eu vou-me retirar desta reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Agradecia que esclarecesse porque é que não a teve.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Porque, realmente, não há condições para prosseguir com uma reunião destas. Desculpe.

O Senhor Presidente da Assembleia:





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Mas esclareça porquê, já agora. Que falta de condições é que tem?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Quer dizer, o Senhor deixou discutir de um lado para o outro, o Público, com os intervenientes. Mas isto é o quê? É uma casa que é uma Assembleia Municipal. Desculpe.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas, é evidente.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Eu, há bocado, desculpe, eu, há bocado, disse-o e percebi e entendi que se o Senhor Presidente estivesse assim, até lhe disse, desculpava porque estávamos a discutir política.

Mas é Órgãos, ele tem que responder e tem que elucidar os Membros da Assembleia e o Público.

Agora, deixar uma reunião chegar a este estado, desculpe, eu não quero ir para o Youtube, desculpe lá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Por acaso lamento que o Senhor tenha estado em conversas paralelas durante a reunião. Mas, pronto, é a sua maneira de ver. Agora, que esteve em conversas paralelas durante parte da reunião é uma verdade Senhor Deputado.

Ora, eu vou pôr à votação.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu não vou responder a nada. Não vou responder a nada. É um ponto de ordem à Mesa. A proposta que eu faço é que seja imediatamente passada à votação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É isso mesmo. Ora, desculpe, o Senhor desistiu de usar da palavra. Não. Desculpe, o Senhor desistiu de usar da palavra. Portanto, neste momento está esclarecido o IMI e quem quiser assumir a responsabilidade, assume. Quem não quiser assumir, não assume. Agora, o que é certo é que eu vou pôr à votação. A proposta é a seguinte e não pode ser alterada: Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxas. E as taxas propostas são: Prédios rústicos – 0,8%; Prédios urbanos – 0,3%.

E, pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Sete abstenções. Portanto, somos 19. Saíram dois, o deputado Rui Costa e o deputado José António. Doze votos a favor.

Está aprovada a fixação de taxas do IMI para o ano de 2018 com 7 abstenções e 12 votos a favor. Ausentaram-se da sala o Senhor Deputado José António Pereira e o Senhor Deputado Rui Costa. Abstiveram-se a Senhora Deputada Maria Isabel Matias, o Senhor Deputado José Costa, a Senhora Deputada Alexandra Pinto, o Senhor Deputado Pedro Moreira, o Senhor Deputado Hernâni Marques, a Senhora Deputada Natália Moreira e a Senhora Deputada Isabel Sampaio.

Minuta da ata.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxas – 0,30% para os prédios urbanos e de 0,80% para os prédios rústicos – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 12 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Agora, sim. Muito obrigado.

Senhor Deputado Hernâni, faça favor de fazer a declaração de voto.

O Senhor Deputado Hernâni Marques:

- Senhor Presidente, é a minha declaração de voto e de quem se absteve, que é: a nossa abstenção é, essencialmente, porque consideramos isto uma proposta eleitoralista, vindo ao encontro da minha intervenção nesta Assembleia.

Daí, termos feito a nossa abstenção neste ponto que foi aprovado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, esta declaração de votos é de todos os que se abstiveram. Muito obrigado.

Declaro a sessão aberta ao público. Alguém do público, quer usar da palavra?

Não havendo inscrições, declaro encerrada a sessão

Muito obrigado. Muito boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: